



**PROJETO DE LEI Nº 002/2025.**

Dispõe sobre as alíquotas de contribuição relativa ao custo suplementar para a amortização de déficit atuarial e dá outras providências.

**A Prefeita do Município de Trindade Estado de Pernambuco, a Sra. HELBE DA SILVA RODRIGUES NASCIMENTO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e no Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024, submete ao Poder Legislativo o seguinte projeto de lei:

Art. 1º – Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, para suprir o custo especial (suplementar) do Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões de Trindade - FUMAP, conforme tabela abaixo:

Ano	ALÍQUITA EXTRAORDINÁRIA
2025	14,00%
2026	18,00%
2027	25,20%
2028	33,70%
2029-2050	47,15%

Parágrafo único – As contribuições ordinárias previstas na legislação vigente, sejam elas patronais e ou retidas da remuneração dos servidores ativos, bem como dos proventos dos inativos e pensionistas, permanecerá inalterada.

Art. 2º - Fica autorizado o parcelamento de contribuições previdenciárias de natureza patronal, sejam elas normais ou suplementares, inclusive seus encargos legais, devidas pela Prefeitura Municipal de Trindade, seus órgãos e entidades da administração indireta, ao Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões - FUMAP, bem como o seu reparcimento, em caso de atraso.

§ 1º – Os débitos a serem parcelados e/ou reparcidos, deverão ser apurados e confessados de maneira irretratável pelo órgão ou entidade devedora e serão objeto de um Termo de Parcelamento/Reparcamento a ser celebrado observando as exigências do Ministério da Previdência Social, em especial as contidas nos arts. 14 e 15, da Portaria MTP nº. 1.467, de 02 de junho de 2022.





§ 2º O montante apurado na forma desta lei poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas.

§ 3º - O reparcelamento das contribuições se dará pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, e deverá incluir o número de prestações mensais recolhidas durante a vigência do termo de parcelamento originário.

Art. 3º - Para apuração do valor a ser parcelado, o valor originário das contribuições devidas e não repassadas ao FUMAP deverá ser atualizado, a partir da data do vencimento, até a data da consolidação do parcelamento, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido da taxa de juros simples equivalente a 0,5% (meio por cento) por mês de atraso, acrescido de multa de 1% (um por cento).

§ 1º – As parcelas vencidas e vincendas deverão ser atualizadas com base na variação do IPCA e acrescidas de juros mensais simples de 0,5% (meio por cento) e, em caso de recolhimento em atraso, sofrerão a incidência de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor recolhido em atraso.

§ 2º - Em caso de reparcelamento, os débitos parcelados anteriormente, para apuração de novos saldos devedores, deverão ser atualizados na forma do *caput*, e deduzidos os valores das prestações pagas até a data do reparcelamento, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento até a data da consolidação dos termos de reparcelamento.

Art. 4º - Aplica-se ao parcelamento/reparcelamento autorizado por esta lei, supletivamente, as normas contidas na Portaria MTP nº. 1.467/2022.

Art. 5º - O art. 18, §2º, da Lei Municipal nº. 1.061, de 17 de novembro de 2021, passa a vigor com a seguinte redação:

“ .....

Art. 18 .....

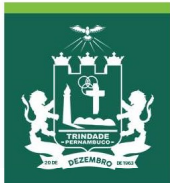
.....

§ 2º Observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios, a contribuição do patrocinador não poderá exceder ao percentual de 8,5% (oito e meio por cento).

.....”.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos, ficando revogadas as disposições em contrário.





**GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TRINDADE, ESTADO DE PERNAMBUCO, 30  
DE JANEIRO DE 2025.**

**HELBE DA SILVA RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
Prefeita





**Mensagem nº 002/2025**

**Trindade/PE, 30 de janeiro de 2025.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o incluso Projeto de Lei, cujo teor versa sobre mudanças na legislação previdenciária do município com o objetivo atualizar o plano de amortização do déficit atuarial do Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões de Trindade.

Neste contexto, entendemos que é importante destacar que os valores ora propostos estão contidos na avaliação atuarial realizada com base nos dados posicionados no dia 31 de dezembro de 2024, último dia do exercício financeiro e momento em que são consolidadas as informações sobre a folha de servidores efetivos, ativos e inativos, seus pensionistas e dependentes, bem como as informações financeiras do Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões de Trindade.

Assim, por saber que a realização de estudos atuariais anualmente é uma exigência constitucional e que a aprovação de planos de equacionamento atualizados é a forma mais correta para garantir o equilíbrio de longo prazo de qualquer sistema de previdência, encaminhamos à esta Casa o incluso Projeto de Lei.

Aproveitando o ensejo, também estamos encaminhando à esta casa duas atualizações necessárias na legislação municipal. Na primeira delas, o Ministério da Previdência Social apontou que a Lei Municipal nº. 1.061, de 17 de novembro de 2021, foi omissa em alguns pontos indispensáveis para a formalização de parcelamentos de contribuições previdenciárias devidas ao Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões – FUMAP.

E, para a manutenção dos parcelamentos hoje existentes e, apontou que necessária uma atualização legislativa com o objetivo de esclarecer as omissões detectadas.

O segundo apontamento realizado pelo Órgão Federal indica que a alíquota patronal prevista para o sistema de previdência complementar criado pela Lei Municipal nº. 1.061/2021 estaria acima do limite máximo fixado numa portaria editada pelo Ministério da Previdência Social e, por isso, sugeriu a sua redução para 8,5% (oito vírgula cinco por cento).





Contando com o apoio dessa ilustre Casa Legislativa à presente iniciativa, colho o ensejo para solicitar sua apreciação em regime de urgência, ao tempo em que renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração

Respeitosa e atenciosamente,

**HELBE DA SILVA RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
Prefeita

